



1

Ainda que, naturalmente, não esgotando a vida democrática e a capacidade de intervenção cívica e política dos cidadãos, os partidos constituem referências fundamentais do sistema democrático, concorrendo para "a formação da vontade popular" e, por isso, determinando em larga medida o comportamento e as opções de voto do eleitorado. Consequentemente, não é crível que pudesse sair vitoriosa qualquer candidatura à presidência da república que contasse com a oposição expressa e empenhada das cinco principais formações partidárias portuguesas.

Esta constatação impõe-nos, de imediato, um desafio : o de garantir o apoio de algumas dessas formações -ou, pelo menos, de franjas significativas do eleitorado das mesmas- à nossa candidatura. Não podemos, neste campo, continuar eternamente na expectativa, confiados em que o bom senso acabará por iluminar o espírito dos dirigentes partidários; temos de tomar a iniciativa, definir uma estratégia correcta de actuação a curto e médio prazo, em suma, procurar influenciar no bom sentido as opções daqueles dirigentes. Independência não significa, na nossa opinião, alheamento nem passividade.

2

As direcções do PS e do CDS escolheram já os seus candidatos presidenciais. Mesmo considerando os resultados desastrosos que aqueles partidos obtiveram nas eleições legislativas de 6 de Outubro, não nos é permitido supor que o PS e o CDS venham ainda a mudar de estratégia presidencial.

Por seu turno, o PSD, o PRD e a APU não têm ainda candidato.

Do PSD, porém, enquanto partido, não podemos esperar qualquer apoio. O mais provável é que os seus dirigentes venham a patrocinar a candidatura de um independente que, na primeira volta, possa derrotar Freitas do Amaral (se, entretanto, não for alcançada a desistência deste) e que, numa segunda, possa aglutinar e fixar o eleitorado adverso a MARIA DE LOURDES PINTASILGO. A possibilidade de um apoio do PSD a Freitas do Amaral, sobretudo depois da grande vitória de Cavaco e Silva nas legislativas, parece-nos cada vez mais remota.

Restam-nos, pois, o PRD e a APU.

Relativamente ao PCP e à APU, a sua estratégia presidencial é conhecida. Em síntese, podemos dizer que ela tenderá sempre a coincidir com a que for assumida pelo PRD, ou seja, pelo General Ramalho Eanes. Até o novo partido definir sem margem para dúvidas a sua posição sobre as presidenciais, o PCP e a APU manter-se-ão, discretamente, na expectativa.

Importa, pois, na nossa opinião, centrar todos os nossos esforços e toda a nossa atenção no PRD, por forma a garantirmos o apoio explícito do novo partido à nossa candidatura. Pelo menos, não podemos correr o risco de ver despontar na nossa área um outro candidato credível, apoiado pelas direcções do PRD e do PCP-APU. Se tal viesse a suceder, perderíamos certamente a possibilidade de ganhar a eleição à primeira volta e a passagem à segunda ficaria enormemente dificultada. E quem retiraria os principais dividendos desta situação não seria, certamente, Costa Brás ou um outro candidato patrocinado pelo PRD, mas sim Mário Soares.

Se há, portanto, para nós, neste momento, um objectivo político prioritário - esse é o de impedir, por todas as formas legítimas ao nosso alcance, que surja um concorrente na nossa área natural de influência, que concite o apoio conjunto do PRD e do PCP-APU.

Para tal, é necessário:

a) Contar "as espingardas" a nosso favor na Direcção e Conselho Nacional do PRD, manter contactos estreitos e regulares com os dirigentes que já apoiam a nossa candidatura e procurar atrair para o nosso campo os indecisos. Asseguraríamos também o apoio do PRD se conseguíssemos garantir, desde já, a adesão do actual Presidente da República. E, muito provavelmente, obteríamos o mesmo resultado se lográssemos convencer Salgado Zenha a aceitar o cargo de mandatário nacional da nossa candidatura.

b) Trabalhar rapidamente as bases do PRD, tentando arrastar o maior número de estruturas concelhias e distritais do novo partido para posições de apoio explícito à nossa candidatura. A moção de estratégia sobre presidenciais aprovada pelo PRD na sua última Convenção deixou, claramente, em aberto essa possibilidade. Há que explorar inteligentemente a situação e tirar partido do apoio à nossa candidatura manifestado já por muitos e muitos militantes e dirigentes locais do PRD. Sobretudo, não podemos agora ficar de braços cruzados - temos de conquistar, por dentro, o novo partido e sair vencedores do Conselho Nacional, quando este órgão for chamado a decidir

em última instância sobre a questão presidencial. Em Braga, estamos já a trabalhar neste sentido e é urgente que o nosso exemplo seja seguido em todos os outros distritos do país. Com discrição, mas eficácia.

c) Pensamos, por outro lado, que quanto mais tarde o PRD manifestar publicamente o seu apoio à nossa candidatura, melhor. Mais tarde, também, se colarão a nós os dirigentes e militantes do PCP-APU. Atenção, porém, a um perigo: o PCP, sabendo de antemão garantido o apoio do PRD, poderá jogar em antecipação, tal como o fez recentemente a UDP. Neste caso, nós e o PRD ficaríamos em má posição perante o eleitorado mais conservador que pretendemos atingir e captivar. Se tal jogada de antecipação se revelar iminente, é preferível que o PRD avance desde já com o seu apoio à candidatura.

4

Um outro objectivo que se nos coloca é o de procurar assegurar que uma parcela significativa do eleitorado socialista mais fiel venha a votar na nossa candidatura. Para tal, contamos obviamente com o carisma pessoal e o largo prestígio de que a nossa candidata disfruta junto do eleitorado socialista. Importaria, porém, na nossa opinião, reforçar esse crédito de confiança natural, dando ao eleitorado socialista uma referência mais impressiva e acrescidamente mobilizadora, através da escolha criteriosa da figura do mandatário nacional da nossa candidatura.

Somos, por isso, de opinião que essa figura deverá ser procurada e escolhida em função do eleitorado socialista, junto do qual beneficiará de um crédito específico de confiança. Pensamos, em primeiro lugar, naturalmente, em Salgado Zenha. Na nossa opinião, seria o mandatário ideal, constituindo simultaneamente uma referência determinante para o eleitorado socialista e para o próprio PRD. Bem "trabalhado", pensamos que Salgado Zenha poderia vir a aceitar um convite nesse sentido. Mister é que a SENHORA ENGENHEIRA se empenhasse pessoalmente nisso.

Seja como for, o que importa nesta matéria ter bem presente é que o mandatário nacional da candidatura não poderá ser uma figura, politicamente, cinzenta, dificilmente reconhecível pelo eleitorado. Tem de ser uma personalidade geralmente conhecida e de largo prestígio nos sectores mais significativos do eleitorado que pretendemos atingir.

No âmbito da estratégia anteriormente delineada, todos os contactos a promoverem deverão pautar-se pelo rigor, pelo sentido da eficácia política e, não menos importante, pela discrição. Importa, nomeadamente, em todas as circunstâncias, preservar a imagem de não dependência partidária da nossa candidatura. Temos como interlocutores directos os cidadãos deste país e não quaisquer entidades mediadoras (ou pretensamente mediadoras) da vontade popular. Não podemos, por isso, transmitir aos portugueses a ideia de que buscamos desesperadamente apoios partidários, colocando-nos numa posição de frágil subalternidade.

A coerência com os princípios políticos fundamentais que dão corpo à nossa candidatura e a justificam exige que procuremos manter um certo distanciamento em relação aos partidos. Pretender, por isso, iniciar neste momento, sem as necessárias cautelas, um diálogo formal com todos eles poderia redundar numa perda de credibilidade e de peso político específico e expor-nos ao eventual enxovalho de adversários com forte influência nos principais órgãos de comunicação social.

Na nossa opinião, devemos evitar, nesta fase crítica, todas as situações susceptíveis de provocar erosão e de tomar iniciativas (ainda que exemplares) que se saiba, de antemão, condenadas ao fracasso. Em política, não há simbologia e boas intenções que resistam, permanentemente, à ineficácia...

Se garantir o voto de franjas significativas do eleitorado socialista e o apoio maciço do PRD e do PCP-APU é essencial, não menos importante é procurar conseguir conquistar a confiança do eleitorado mais conservador. Acreditamos que a nossa CANDIDATA, pelo seu exemplo de intervenção cívica e política, pela sua militância católica e pela imagem de firmeza que transmite, está em boas condições para cativar o apoio de importantes franjas do eleitorado mais conservador, disputando-as palmo a palmo a Freitas do Amaral e a um eventual candidato do PSD. Temos indicadores interessantes nesse sentido. Importa é gerir com a necessária cautela esse precioso capital de confiança e, se possível, procurar reforçá-lo, por forma a podermos legitimamente aspirar a uma maioria absoluta na primeira volta.



Faltam, porém, nesta altura, aos núcleos dois instrumentos fundamentais para o trabalho político que urge levar a cabo desde já: o PROGRAMA OU MANIFESTO POLÍTICO DA CANDIDATURA e uma BIOGRAFIA DESENVOLVIDA E ATRAENTE DA CANDIDATA (o bosquejo elaborado em tempos pelo NARNOR parece-nos manifestamente insuficiente).

Estamos, lamentavelmente, a perder um tempo precioso, porque sem aqueles dois instrumentos não poderemos iniciar uma campanha séria, coerente e eficaz de promoção da candidatura junto dos sectores politicamente mais recuados do eleitorado que pretendemos atingir, designadamente, aqueles que mais de perto são tocados e influenciados pela Igreja.

Por outro lado, falta material básico de propaganda. Esbanjaram-se energias e fundos na feitura de um jornal que fracassou e, aparentemente, relegou-se para um plano secundário a produção de propaganda: auto-colantes, cartazes com a fotografia da candidata e palavras de ordem muito simples mas eficazes, pequenos diaporamas, etc. Do vídeo que nos foi prometido em finais de Julho, até ao momento, nem rasto. Queremos arrancar com um programa cuidadoso mas dinâmico de sessões de convívio e esclarecimento pelas aldeias e não temos, para apoiar essas sessões, material de promoção e propaganda à altura.

Será que se pretende que cada núcleo crie o seu próprio material de propaganda? Se sim, arriscamo-nos a que, em muitos concelhos, não seja feita qualquer propaganda e que noutros (o que poderá ainda ser pior) seja feita uma propaganda desajustada, de contornos esquisitos, à imagem e dimensão de algumas sensibilidades políticas que, desde já, se encontram a apoiar a candidatura. Este risco não podemos corrê-lo.

Os dois escassos meses de pré-campanha que estamos agora a iniciar irão ser decisivos para fixar o eleitorado que já apoia a candidatura e para ganhar o maior número de indecisos. Por isso, não podemos perder tempo, não podemos esbanjar energias em iniciativas de duvidosa rentabilidade eleitoral, não podemos correr riscos inúteis. Teremos de ser pragmáticos e ousados, fazendo desde já uma intensa e esclarecida campanha de promoção e propaganda da candidatura. Para tanto, faltam-nos os necessários instrumentos. É urgente criá-los.

Braga, 7 de Outubro de 1985

(DOCUMENTO ELABORADO PELO NÚCLEO DE BRAGA E, NAS SUAS LINHAS GERAIS,